

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.582.922 - RJ (2019/0270811-1)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE : BV FINANCEIRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**  
**ADVOGADOS : ILAN GOLDBERG - RJ100643**  
**EDUARDO CHALFIN - RJ053588**  
**BRUNO DO NASCIMENTO GALVAO - RJ185172**  
**AGRAVANTE : CARLA MONIQUE BARRETO DA ROSA**  
**ADVOGADO : LEANDRO BARBOSA DA SILVA - RJ140365**  
**AGRAVADO : OS MESMOS**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto por BV FINANCEIRA S.A. CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO contra decisão que inadmitiu recurso especial por aplicação da Súmula n. 7 do STJ (e-STJ fls. 406/412).

O Tribunal de origem negou provimento aos apelos da recorrente e da recorrida em julgado que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 316):

Apelação. Consumidor. Compra e venda de veículo. Financiamento bancário. Transferência de propriedade do veículo que não se operou. Impossibilidade de plena utilização do bem. Banco apelante que atuou de forma coordenada, participando com a loja para a consecução do negócio, ostentando a qualidade de parceiro empresarial. Responsabilidade solidária entre a instituição financeira e a loja revendedora pelos danos causados ao consumidor. Dano moral configurado. Razoável a verba indenizatória fixada em R\$ 12.000,00 (doze mil reais). Pretensão relativa à rescisão dos negócios jurídicos que não pode ser acolhida. Autora que não incluiu no polo passivo a loja revendedora. Instituição financeira que não detém legitimidade para integrar o polo passivo da relação processual no que pertine à rescisão do contrato de compra e venda, eis que não alienou o veículo. Rescisão do contrato de financiamento de veículo garantido por alienação fiduciária pressupõe o do contrato de compra e venda, do qual é acessório. Precedente desta Corte.  
RECURSOS DESPROVIDOS.

No recurso especial (e-STJ fls. 338/349), fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a recorrente apontou ofensa aos arts. 17 e 485, VI, do CPC/2015, sustentando a tese de ilegitimidade passiva, uma vez que a causadora dos prejuízos reclamados foi a loja que vendeu o veículo à recorrente.

Alegou que "o contrato de financiamento é autônomo e independente da compra e venda efetuada com a revenda automotiva, sendo certo de sua eficácia e validade" (e-STJ fl. 346).

Aduziu culpa exclusiva de terceiro e inexistência de danos morais.

Ofereceram-se contrarrazões (e-STJ fls. 399/404).

No agravo (e-STJ fls. 429/440), foram refutados os fundamentos da decisão agravada e alegado o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ fls. 471/480).

É o relatório.

Decido.

Não há como conhecer do recurso quanto à tese de culpa exclusiva de terceiro. Isso porque faltou a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação divergente, ônus de que a parte não se desincumbiu. Aplica-se a Súmula n. 284/STF.

O mesmo óbice aplica-se à tese referente à inexistência de danos morais, visto que a recorrente não apontou o artigo de lei violado.

Quanto à tese de que o contrato de financiamento é autônomo e independente do contrato de compra e venda do automóvel, o Tribunal de origem não se manifestou sobre a matéria, estando ausente o prequestionamento (Súmula n. 282/STF). Além disso, a recorrente nem sequer indicou o preceito de lei infraconstitucional que teria sido desrespeitado, incidindo a Súmula n. 284/STF.

No que respeita à ofensa aos arts. 17 e 485 do CPC/2015, a parte agravante alega sua ilegitimidade passiva.

No entanto, a Corte local consignou que (e-STJ fl. 319):

Cuida-se de ação proposta em face de instituição financeira objetivando a anulação de negócio jurídico e indenização por danos morais fundada na não transferência da propriedade de veículo, cujo preço foi parcialmente financiado pela ré.

Ao que consta da inicial, a autora, em 07.02.2011, adquiriu o veículo descrito naquela peça junto à revendedora Auto Local Com e Consig Veic Ltda pagando a quantia de R\$ 6.000,00 de entrada e o restante mediante financiamento bancário firmado junto ao banco réu.

Afirma a autora que o prazo estabelecido pela loja se findou sem que fosse operada a transferência da propriedade do veículo, cuja documentação está em nome de terceiro. Por isso, pleiteia a anulação do negócio jurídico, bem assim a rescisão do contrato de financiamento; devolução em dobro da quantia dada como entrada e das parcelas pagas. Com efeito, não obstante a transferência de bens móveis se dê mediante tradição, é cediço que, em se tratando de veículo, é necessário o registro da alienação no órgão competente, conforme estabelecido no art. 123 do Código de Trânsito Brasileiro.

Na espécie, o documento de fl. 21 indica que a loja revendedora se comprometeu em efetivar a transferência da propriedade do veículo, sendo incontroverso que não a realizou, conforme se verifica do documento CRLV à fl. 26, fato que impossibilita a plena utilização do bem, tornando-o impróprio ao fim que se destina.

Além disso, é incontroverso que o restante do valor do bem fora pago mediante financiamento bancário firmado junto ao réu, no valor de R\$ 32.000,00, que seria pago mediante 48 parcelas de R\$ 1.219,91, cujo instrumento contratual consta às fls. 22/24.

Tal situação demonstra que o banco apelante atuou de forma coordenada, participando com a loja revendedora para a consecução do negócio, ostentando a qualidade de parceiro empresarial, porquanto foi o crédito obtido com o financiamento bancário que possibilitou a venda do automóvel.

Nestas hipóteses, esta Corte tem entendido pela responsabilidade solidária entre a instituição financeira e a loja revendedora pelos danos causados ao consumidor.

Dessarte, a inversão do decidido, tal como postulado nas respectivas razões recursais, demandaria a incursão na seara fático-probatória dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, a teor do óbice previsto na Súmula n. 7 do STJ.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Por fim, o recurso não demonstrou a divergência entre julgados, na forma exigida pelos arts. 1.043, § 4º, do CPC/2015 e art. 266, § 4º, do RISTJ. Limitou-se a transcrever as ementas dos julgados paradigmas sem realizar o cotejo analítico, identificando os aspectos fáticos semelhantes e as conclusões jurídicas díspares, o que inviabiliza o recurso.

Ante o exposto **NEGO PROVIMENTO** ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator